



Anais da Assembléia

Nº 113

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado NELSON GARCIA
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dullio Genari; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Majstrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT – 07:** Algaci Osmário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB – 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB – 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Jensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudeli - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL – 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 11.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessutti, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Costenaro Neto e Luiz Carlos Alborghetti.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Geraldo Cartário, Aníbal Khury, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Antônio Anibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Cleiton Kiesel, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colação e Rossoni (31). Ausentes os seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Dirceu Manfrinato, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Caíto Quintana, Carlos Simões, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin e Nilton Barbosa (29). Em licença o Sr. Deputado Cezar Silvestri e a Sra. Deputada Emilia Belinati (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 2175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constante da Ordem do Dia da presente ses-

são, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.09.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N.^o 2176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, detaque de votação para os Projetos de Lei n.^{os} 221 e 316/94.

Sala das Sessões, em 14.09.94

(a) DOUTOR ROSINHA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Só para dizer que na Ordem do Dia o item 8, Projeto n.^o 314/94 cita como segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Foi erro de impressão, ele volta em primeira votação.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.^{os} 221 e 316/94. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.^o 221/94, fica instituído o Conselho Estadual de Saúde do Paraná, a que se refere o Art. 169, inciso III, da Constituição Estadual. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado.**

COMISSÃO DE REDAÇÃO
PROJETO DE LEI N.^o 221/94
REDAÇÃO FINAL

TÍTULO

. DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.^o - Fica regulamentado, conforme disposto no inciso III do artigo 169, da Constituição Estadual e artigo 1.^o da Lei n.^o 8.142, de 28 de setembro de 1990, o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS, a nível estadual, com a instituição das seguintes instâncias colegiadas:

- I - Conferência Estadual de Saúde
- II - Conselho Estadual de Saúde

TÍTULO II

DA CONFERENCIA ESTADUAL DE SAUDE

Art. 2º - Conferência Estadual de Saúde terá deliberativo e dela participarão os vários segmentos da sociedade, para avaliar a situação de saúde no Estado e propor diretrizes e estratégias para a formulação da Política Estadual de Saúde.

Art. 3º - O Poder Executivo e o Conselho Estadual de Saúde poderão convocar, extraordinariamente, conferências de saúde específicas.

TÍTULO III

DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ - CES/PR

Art. 4º - O Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, é um órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e fiscal de ações de saúde praticadas no Estado do Paraná.

Art. 5º - O Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, terá as seguintes competências:

I - O acompanhamento e a avaliação da política estadual de saúde, de acordo com as diretrizes formuladas pela conferência Estadual de Saúde e definidas pelo Governo do Estado;

II - O acompanhamento, o controle e a avaliação do Sistema Único de Saúde - SUS, na esfera estadual;

III - O estabelecimento de critérios para expansão da rede de serviços de saúde, observando-se as diretrizes gerais da política estadual de saúde;

IV - O estabelecimento de estratégias a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, na esfera estadual e municipal, em função das características epidemiológicas e de organização dos serviços;

V - A definição de estratégias para a política de recursos humanos a serem observadas pelas instituições integrantes do SUS;

VI - A elaboração de estratégias que subsidiem a política estadual de desenvolvimento científico, tecnológico e educacional na área de saúde, e o acompanhamento às instituições públicas produtoras de insumos medicamentos, imunobiológicos e outros de interesse para a saúde;

VII - O acompanhamento, a avaliação e a fiscalização da política estadual de saúde do trabalhador, inclusive nos aspectos referentes às condições de trabalho e de salubridade.

VIII - A atuação na integração das diretrizes do planejamento das ações de saúde, com as diretrizes do planejamento nas áreas de meio ambiente e de abastecimento, particularmente nos aspectos referentes a saneamento básico, controle de poluição ambiental, controle de endemias, normati-

zação e controle sobre a produção e comercialização de alimentos, medicamentos e domissanitários, tais como: inseticidas domésticos, raticidas, detergentes e desinfetantes;

IX - A aprovação do Plano Estadual de Saúde e fiscalização da gestão dos recursos financeiros aplicados na área de saúde no Estado do Paraná;

X - A fiscalização do gerenciamento dos recursos do Fundo Estadual de Saúde;

XI - A atuação como canal de discussões, de sugestões, de queixas e de denúncias sobre ações ou omissões de pessoas físicas e ou jurídicas de direito público ou de direito privado prestadores de serviços de saúde, procedendo a análise e conseqüente emissão de pareceres e resoluções que se fizerem necessários;

XII - A manutenção de permanente relacionamento com os Conselhos Municipais de Saúde no Estado e com o Conselho Nacional de Saúde, visando a integração no gerenciamento do SUS/PR.

XIII - Estimular a participação comunitária no controle da administração do Sistema de Saúde;

XIV - Elaborar o Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR e suas normas de funcionamento;

XV - Analisar e dar parecer em convênios firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e sua vinculada ISEP - Instituto de Saúde do Paraná, com órgãos públicos ou privados;

XVI - Analisar e dar parecer na criação de Consórcios Intermunicipais de Saúde;

XVII - O desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 6º - O Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR será composto por representação paritária de 50% (cinquenta por cento) de representantes de usuários de serviços de saúde e 25% (vinte e cinco por cento) de gestores de órgãos públicos e prestadores de serviços de saúde e 25% (vinte e cinco por cento) de representantes de profissionais de saúde pertencentes ao SUS/PR, totalizando 36 (trinta e seis) membros, distribuídos da seguinte forma:

Representação dos usuários - Na proporcionalidade de 50% (dezoito membros)

- Entidade(s) representante(s) dos Trabalhadores Urbanos e Rurais;

- Entidade(s) representante(s) dos Movimentos Comunitários organizados na área de saúde;

- Entidade(s) representante(s) de Associações de Portadores de Patologias;

- Entidade(s) representante(s) de Associações de Portadores de Deficiências;

- Representante(s) de Entidade(s) de Defesa do Consumidor;

- Representante(s) de Entidade(s) que congregam Associações de Moradores, e o Movimento Popular;
- Representante(s) de Entidade(s) Não Governamentais - ONGS;
- Representante(s) de Entidade(s) Patronais Urbanos e Rurais.

Representantes de gestores e prestadores de saúde - Na proporcionalidade de 25% (nove membros)

- Representantes dos gestores de Serviços Públicos de Saúde, Prestadores de Serviços Privados, filantrópicos e de estabelecimentos de ensino na área da saúde.

Representantes dos profissionais de saúde - Na proporcionalidade de 25% (nove membros)

- Representantes do conjunto das entidades que representam os profissionais na área da saúde, seja público ou privado, vinculados ao SUS/PR.

§ 1º - Todas as instituições, órgãos e entidades a que se refere este artigo, serão de representação estadual.

§ 2º - As Entidades, Órgãos e Instituições do Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, serão indicadas na Conferência Estadual de Saúde respeitando a proporcionalidade e a forma contida neste artigo.

§ 3º - As Instituições, Entidades e Órgãos indicados na Conferência Estadual de Saúde para compor o Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, serão homologadas pelo Poder Executivo, através de Decreto Governamental.

§ 4º - Os membros do CES/PR, indicados formalmente pelos respectivos conjuntos ou entidades que o compõe, serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná, podendo este delegá-los ao Secretário de Estado da Saúde.

§ 5º - Os Órgãos, Entidades e demais Instituições, a que se refere este artigo, indicarão um membro titular e um suplente.

Art. 7º - O Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, assim como seu substituto em suas faltas e impedimentos legais, serão eleitos entre seus membros.

Art. 8º - As funções de membro do CES/PR não serão remuneradas, sendo o seu exercício considerado de relevantes serviços prestados à preservação da saúde da população.

Art. 9º - O CES/PR reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente, ou por solicitação da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 10 - A Secretaria de Estado da Saúde propiciará o necessário apoio técnico e administrativo para o bom funcionamento do CES/PR.

Art. 11 - O CES/PR contará com um Secretário Executivo indicado pelo Secretário Estadual de Saúde, referendado pela plenária do CES/PR, cabendo a sua nomeação ao Presidente do Conselho.

Art. 12 - A Organização e o funcionamento do CES/PR serão disciplinados em Regime Interno, a ser aprovado por maioria absoluta de seus membros, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua instalação.

Art. 13 - Caberá ao Gestor Estadual do Sistema Único de Saúde - Secretaria de Estado da Saúde, a responsabilidade de convocar e instalar o Plenário do CES/PR, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da data da aprovação do ato de nomeação das Instituições e de seus respectivos representantes.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 14 - A II Conferência Estadual de Saúde será convocada pelo Poder Executivo Estadual, no prazo de 90 (noventa) dias e realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da posse do Governador do Estado do Paraná eleito em 1994.

Art. 15 - Com a finalidade de garantir de imediato e efetivo controle social das ações de saúde praticadas no Estado, até que as Instituições, Órgãos e Entidades que irão compor o CES/PR sejam indicadas na II Conferência Estadual de Saúde, poderá o Poder Executivo, através de Decreto Governamental, convocar, nomear e instalar o Conselho Estadual de Saúde do Paraná CES/PR em caráter provisório, obedecendo o disposto nesta lei.

§ 1º - As Instituições, Órgãos e Entidades que irão ser apontadas no Decreto Governamental para compor o CES/PR provisório, terão um prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação do Decreto para indicarem formalmente seus representantes titular e suplente, cuja nomeação se dará por ato do Poder Executivo Estadual.

§ 2º - A instalação da plenária do CES/PR provisório, ficará ao encargo da Secretaria de Estado da Saúde com prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Decreto Governamental.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.94.

(a) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 316/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que reajusta os níveis de vencimentos dos membros do corpo especial e da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1° de setembro de 1994. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 196/94, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Horácio Klabin. SEM PARECER. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 217/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede Título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná ao Sr. Yasuhiro Iwata. SEM PARECERES. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 233/94, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Amorim Pedrosa Moleirinho. SEM PARECER. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 259/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 073/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Cornélio Procopio, o imóvel de propriedade do Estado, com as divisas, confrontações e finalidades que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 287/94, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Creche Padre Domingos Rovedatti, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 298/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Amigos, Deficientes Visuais ou Deficientes Auditivos, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 303/94, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Linda e Região, com sede nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 021/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Tupinambá, desmembrado do Município de Astorga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 314/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 102/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 7.793.827,00 (sete milhões, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria do Estado da Administração. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

O SR. DR. ROSINHA - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e fará a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se.

(Pausa).

Cinco Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

(Pausa).

Seis Deputados rejeitam.

Está sem quórum para deliberação.

Sobre a mesa, requerimento n° 2175, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.